



>> Sobre a impossibilidade de um 'consentimento informado' na relação entre o Governo e os cidadãos

"É uma pena que todas as pessoas que sabem como é que se governa o país estejam ocupadas a conduzir táxis ou a cortar cabelo.", George Burns (n. 1896 – m. 1996)



Fonte: The Economist online, in http://www.economist.com/blogs/newsbook/2011/04/week_ahead_o

No passado dia 27 de março estive presente no 6º Seminário de Bioética na Escola Superior de Saúde de Viseu subordinado ao tema "Conduta Ética: Integridade Académica e Profissional", tendo tido o privilégio de ouvir a magnífica palestra do pediatra Filipe Almeida (Centro Hospitalar de São João/Faculdade de Medicina da Universidade do Porto) sobre a bioética e a problemática do consentimento informado.

O consentimento informado é uma das principais regras da norma ética aplicada ao profissional de saúde, sendo garantido ao paciente o direito de decidir em relação ao que lhe é colocado como forma de tratamento, respeitando a sua capacidade de autodeterminação.

Dadas as difíceis condições económicas e sociais que muitos portugueses hoje em dia enfrentam à conta de uma 'prescrição' austera para, dizem as autoridades de política, sanar as 'malei-

tas' de uma economia débil, com enormes fraquezas estruturais, condimentadas por anos sucessivos de desgoverno das contas públicas, não pude deixar de fazer um paralelo entre a relevância que o consentimento informado ocupa na área da saúde e aquela que poderia e, na minha opinião, deveria ter na relação entre o cidadão comum (o 'doente' que participa nos 'ensaios clínicos' trokianos) e o governo ('profissional de saúde').

De acordo com o relatório final sobre 'Consentimento Informado' da Entidade Reguladora da Saúde, “[u]ma das razões que sustenta a existência de consentimento informado prende-se com o facto de se admitir ser um benefício para o doente a sua participação activa [e voluntária] nas decisões sobre os cuidados médicos a que se submete. (...) tem ainda a vantagem adicional de tornar o doente consciente das implicações das suas opções, o que terá importantes consequências futuras...”. Assim, “[o] consentimento informado assegura não só a protecção do doente contra a sujeição a tratamentos não desejados, como uma participação activa na definição dos cuidados de saúde a que é sujeito.” É ainda referido neste documento que “[p]ara um consentimento informado de qualidade, a comunicação eficaz é fundamental e as instituições devem instaurar mecanismos que a assegurem...”

Começando pelo fim destas passagens.

- 'Comunicação eficaz'

Tem sido, nesta legislatura, uma quimera. São inúmeros os episódios anedóticos que levam os portugueses às lágrimas, no verdadeiro sentido da palavra, o último dos quais associado à já famosa polémica do 'briefing' do Ministério das Finanças sobre os cortes nas pensões de reforma, que o vice-primeiro ministro Paulo Portas rotulou de “Um erro” e que deixou (ainda mais) a descoberto a falta de preparação dos nossos governantes na relação com os órgãos de comunicação, em geral, e com as vítimas do 'tratamento clínico', o 'povinho', em particular.

Assim, parece difícil assegurar um 'Consentimento Informado' quando o 'médico' não sabe literalmente qual o mal do qual padece o doente, nem pouco mais ou menos qual o tratamento a implementar. Testemunhando esta ignorância generalizada, reportava na passada terça-feira (1 de Abril) o Diário de Notícias: “Reunião inconclusiva do Conselho de Ministros para definir Documento de Estratégia Orçamental. Executivo só sabe para quanto tem de descer o défice (de 4% para 2,5%)” [o sublinhado é meu!].

- 'Participação activa e voluntária' do 'paciente' nas decisões sobre os 'cuidados médicos' a que se submete.

Apesar da participação 'ativíssima' do 'paciente' – a consolidação orçamental tem sido conseguida sobretudo via cortes nas pensões e salários e 'enorme aumento de impostos' (expressão 'celebrizada' pelo ex-ministro das Finanças Vítor Gaspar, perito em previsões erradas, que em junho próximo vai ganhar cerca de 23 mil euros mensais como diretor de Assuntos Orçamentais do Fundo Monetário Internacional) – não me parece que tal participação possa ser classificada de 'voluntária'. De facto, após a assembleia-geral de 29 de março da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, Casimiro Menezes, o seu presidente, sublinhou que existe um descontentamento muito grande dos reformados e idosos pelos cortes nas pensões e uma grande preocupação com a perspectiva de o governo transformar em definitivo o que foi anunciado anteriormente como provisório. No que respeita aos cortes salariais, parece óbvia a 'coação' exercida sobre os funcionários públicos, agravada pela falta de clareza do Governo sobre a forma como irá substituir os cortes salariais que estão em vigor desde 2011 e que no início do ano foram agravados. O que é claro é que a solução vai passar pelo corte dos suplementos e pela revisão da tabela remuneratória, não obstante a especificação concreta do *modus operandi* destas medidas ficar para ... depois das Eleições Europeias!

É importante sublinhar que o conceito de consentimento informado é composto, para além do 'Livre consentimento' (incompatível, por isso, com a coacção e a pressão de terceiros), por uma componente fundamental, a 'Compreensão'. Refere o documento da Entidade Reguladora da Saúde, que "*a compreensão inclui a informação e o conhecimento quer da situação clínica, quer das diferentes possibilidades terapêuticas. Implica, por via de regra, o **fornecimento de informação adequada sobre o diagnóstico, prognóstico e terapêuticas possíveis** com os **riscos inerentes**, incluindo os efeitos da não realização de qualquer terapêutica. A informação que sustenta a compreensão deve ser fornecida numa **linguagem compreensível** pelo doente, qualquer que seja o seu nível cultural...*" [o negrito foi adicionado por mim].

Quando o próprio 'profissional de saúde', ou seja, neste paralelismo, o Governo, não sabe, ou é incapaz de fornecer "*informação adequada sobre o diagnóstico, prognóstico e terapêuticas possíveis com os riscos inerentes*", como é que o 'paciente', i.e. o cidadão comum,

ativo mas frequentemente coagido a participar na 'experiência', entenderá o alcance e a 'virtuosidade' das possíveis 'terapias'?

Para terminar esta minha excursão que já vai longa, e socorrendo-me mais uma vez das palavras do pediatra Filipe Almeida, para obtermos um Consentimento Informado eficaz, com valor, é imprescindível a 'humanização', isto é, a preocupação com a situação do paciente, que implica um elevado nível de maturidade do 'profissional de saúde'. Como sabiamente expressou Albert Einstein, *"A maturidade começa a manifestar-se quando sentimos que nossa preocupação é maior pelos demais que por nós mesmos."*

Do exposto concluo que a ausência de comunicação eficaz, a participação involuntária do 'paciente' e a imaturidade do Governo tornam o 'Consentimento Informado' uma manifesta impossibilidade em Portugal na área da relação entre o Governo e os cidadãos.

Nota:

¹ In https://www.ers.pt/uploads/writer_file/document/73/Estudo-CL.pdf.